

RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA, VIOLÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO NO PROCESSO DA REGULAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por Juliana Marques e João Paulo dos Santos

Introdução

O interesse na participação no MALOCA, vem na crença da necessidade de uma discussão interdisciplinar sobre a metrópole contemporânea que se proponha a enfrentar a intersecção entre a produção do espaço e a própria violência- não como somente dado criminalístico, mas a violência constituinte do próprio ato de se planejar, e o que significa o método científico moderno, a presença e intermediação do estado, o financiamento público e privado, e demais ações estruturadas de forma hierárquica e que colocam numa posição dialética os atos de usar e produzir, ocupar e pertencer.

Objetivos

Neste trabalho propomos a análise do planejamento urbano como instrumento estatal que atua ora como dispositivo de interlocução entre o estado e movimentos sociais, ora como parte da violência do estado que permite a manutenção de privilégios e concentração de poder. Imaginamos duas etapas do trabalho: Primeiramente a apresentação de uma série de questionamentos feitos e ainda em processo de pesquisa, contando com discussões preliminares e que acreditamos estruturam o núcleo duro de nosso pensamento. Perguntas como:

- Existe um espaço que propicie a violência?
- Há locais cujo desenho desencadeia repulsa, medo, temor, respeito, segregação?
- As relações sociais são modificadas com modificações no espaço?
- E, finalmente, como desenhar uma metodologia que nos propicie tal imaginação?

A segunda parte conta com algumas respostas já levantadas nos trabalhos dos autores. O desenvolvimento atual de nossa hipótese se dá na análise, primeiramente, da construção do discurso do planejamento urbano no processo de urbanização e metropolização nos séculos XIX e XX, a partir do estudo da teoria urbana e relação com os processos políticos burgueses do final do século XVIII e de uma análise crítica do ideal do planejamento urbano como agente na mitigação dos processos de exclusão socioespacial.

Metodologia

Buscamos imaginar se uma mudança na forma de se conceber a política, à partir das revoluções burguesas e em especial da revolução política francesa- não poderia proceder também em mudanças na forma de se produzir o espaço. Hannah Arendt, em "O que é a política" define política como o que trata da convivência entre diferentes. Se para a ciência o Homem, ou a Humanidade, é um corpo uno e livre de subjetividade e individualidade, a política é o local teórico onde se considera a relação entre corpos diversificados e dotados de necessidades particulares. Arendt afirma que "a política organiza, de antemão, as diversidades

absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida diferenças relativas”. Se o político organiza a relação entre corpos diferentes, o espaço em que se dá o embate é essencialmente político. Porém para além da constatação de que o território possui um valor intrinsecamente político, a atuação dos responsáveis pela criação desse espaço comumente oblitera esse raciocínio, partindo da lógica da ciência e buscando conceber para um indivíduo único. Nesse sentido, o espaço da cidade, palco máximo no qual a existência das individualidades promove a existência de diferenças e subjetividades ou as reprime, sendo autoritário? Ao se retirar de sua essência o político retira-se, portanto, a possibilidade do dissenso. Como porém seria possível entender na produção da arquitetura um pensamento sobre o convívio da diversidade?

Para tanto trazemos um recorte no atual processo de regularização fundiária de Belo Horizonte, central nos objetivos da política urbana do município. Questionamos nesse caso os limites e possibilidades dos processos de planejamento e regularização para o enfrentamento das relações históricas de poder. A análise é centrada na construção da questão urbana, argumentando-se como foi e é construída não somente pela falta de direitos urbanísticos e de planejamento urbano, mas também por relações de poder díspares que excluem e marginalizam territorialmente e politicamente grupos sociais, o que aparta do jogo político e delimita o espaço físico e social de camadas populacionais.

Considerações finais

Neste trabalho são questionadas as limitações da construção de uma ordem jurídico-urbanística como máxima solução de enfrentamento do “status quo” e são efetuadas observações sobre as dificuldades de fazer valer os direitos urbanísticos nas práticas de implementação da política urbana e na invocação e persecução dos direitos sociais. A modernidade trabalha com a premissa de que a ciência e a técnica são imparciais e neutras, pois dentro do modelo científico os experimentos e práticas são comprovados com metodologias rígidas. Alguns desses questionamentos estão nas hipóteses levantadas por Henri Lefebvre no livro Espaço e Política, em especial a respeito da instrumentalização da produção espacial:

Enquanto mediação, tal espaço instrumental permite impor uma certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparência racional e objetiva). Aqui, os termos “coesão” e “coerência” significam regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida.

O que o autor nos coloca é que o espaço, como produto e produzido, pode ser o mediador entre a questão do que existe de saber no ideológico e o que há de ideologia no saber. Esse lócus privilegiado do espaço nos permitiria, portanto, produzir a pesquisa aqui proposta. Esperamos portanto que a participação no encontro nos ajude trazer a luz essas disputas de poder, visibilidades, subjetividades e individualidade, particularidades de saberes e modos de vida obliteradas pelo discurso positivador da ciência.

Referências

- ARENDRT, Hannah, *O que é Política*, 3ª edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002
- HABER, Alejandro, Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada, disponível no endereço eletrônico <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/File/15564/16031>
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.
- LEFEBVRE, Henri (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2010). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina: CES.
- QUIJANO, Aníbal (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. In Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: CES.